

Sinais de Romanização junto à igreja românica de Meinedo

Carlos A. Brochado de Almeida e Pedro Brochado de Almeida***

Resumo

A intervenção arqueológica feita num terreno localizado em frente da igreja românica de Meinedo permitiu detectar sinais de uma organização tardo-romana e possivelmente de uma estrutura relacionada com uma edificação em madeira da Idade Média. O espólio recolhido consta, essencialmente, de material de construção (tegula, imbrex e tijoleira), cerâmica comum e vidros (taças). O aparecimento de tais sinais da presença romana e medieval neste sítio está relacionado com a ocupação que esta encosta teve ao longo de um milénio de História. Esta começou no castro que está a Sul e estendeu-se, gradualmente, para Norte, dando origem à ocupação romana e medieval da Quinta dos Padrões. Continuaria, posteriormente, com a construção de um ermitério relacionado com St.º Tirso e com a elevação, temporária, deste povoado a Bispado. A solidificação da presença humana fez-se com a construção de casas de lavoura, algumas das quais são referidas como cabanas, e com a edificação da actual igreja, ao gosto românico, já na Baixa Idade Média.

Abstract

The archaeological intervention in a field located in front of the Romanic church in Meinedo, has allowed to detect signs of a late-roman organization and possibly of a structure related to the building in wood of the middle ages. The recovered pieces contain mainly building materials (tegula, imbrex and large brick), common ceramics and glass (bowls). The emergence of such signs, of the roman and medieval presence in this place, is related to the occupation that this hill has had along a millennium of History. It has started in the castro (the old castle) in the South, and has extended North giving birth to the roman and medieval occupation of Quinta dos Padrões. It would, later on, continue with the building of a hermitage related to Stº Tirso and with the temporary elevation of this land to a bishopric. The human presence set its marks with the building of farming houses, some of which are mentioned as huts, and with the construction of the church, Romanic style, already during Low Middle Age.

* Doutor-FLUP

** Arqueólogo

1. Introdução

A primeira referência documental a Meinedo surge na forma do topónimo Magneto (Fernandes, 1997:72). Essa referência encontra-se no Paroquial Suevo, também designado por *Divisio Theodemiri*, datado criticamente entre os anos de 572 e 585. Este documento é composto por uma carta, atribuída ao rei Teodomiro, onde se refere, no Concílio de Lugo de 569, a criação de duas circunscrições eclesiásticas (Braga e Lugo), sob as quais ficaram dependentes várias dioceses. Nessa mesma carta é citado o II Sínodo de Braga, realizado em 572, onde se confirmaram as disposições do concílio de Lugo¹.

Na primeira parte do documento, que relata os acontecimentos de 569, refere-se a criação da diocese do Porto, cuja sede se localizava no *Castro Novo*, ou seja, no actual morro da Sé. Integrantes desta diocese estavam diversas paróquias, entre as quais a de Meinedo². Todavia, na parte do documento relativa ao II Concílio de Braga (572), não há nenhuma referência ao bispado do Porto. Em seu lugar, aparece a menção a *Viator, Bispo de Meinedo*³, mas, convenhamos, que também é o único que a documentação histórica conhece.

De acordo com Almeida Fernandes (1997), esta aparente contradição nasceu do facto da sede da diocese, isto é, Cale, ter sido criada numa área instável e muito próxima de focos activos de determinadas heresias católicas: o arianismo, o nestorianismo, o origeanismo e o priscilianismo⁴. Por não ser seguro manter a sede da diocese numa área tão instável, determinou-se a sua transferência para local onde o catolicismo era dominante, algo que ocorreu entre 569 e 572. Assim, Meinedo não passou de uma sede provisória do bispado do Porto, cuja exis-



Figura 1. Sarcófago existente na Quinta de Padrões. É de atribuir ao séc. VI/VII.

tência terminou logo que o Porto reuniu as condições para a sua transferência (Fernandes, 1997:96-98). (Fig.1).

Após a morte de Leovigildo (586), rei Visigodo que em 585 anexou o reino Suevo (Mattoso, 1992b:315), surgiu a oportunidade de conversão dos heréticos, bispos, clero e crentes, ao catolicismo. O foco de instabilidade religiosa havia nascido, e de um certo modo propagado, quando aquele rei nomeara novos bispos, todos professos do arianismo, para as dioceses Suevas agora sob a sua jurisdição administrativa. Com a subida ao poder de Recaredo,

¹ LF, doc. 10-11, 16-18, nota 1.

² “Tempore Suevorum sub Era DC^{vi} VII Kalendarum Ianuariarum, Theodemirus princeps Suevorum concilium in civitate Lucensi ... cathedra dioceses et parrocias diviserunt ne inter episcopos contemptio aliquatenus fieret. Explicit ... Ad sedem Portugalensem in Castro Novo ecclesias que in vicino sunt: Villa Nova, Betaonia, Viseu, Menturio, Torebria, Bauuaste, Bonzoaste, Lumbo, Necis, Napoli, Curiminiano, Magneto, Leboreto, Melga, Tongobriga, Villa Comedo, Tauuasse (...)” (LF, doc. 10-11, 16-19). Este documento foi traduzido para português na Monarquia Lusitana (Brito, 1975:194-196 e 198-200).

³ “(...) Viator Magnatensis ecclesie episcopus (...)” (LF, doc. 10-11, 23).

⁴ Sobre estas heresias veja-se Almeida, 1967:28-30. Adicionalmente, sobre o priscilianismo veja-se Mattoso, 1992a:287-292. Na opinião de Fortunato de Almeida, os Suevos converteram-se ao catolicismo, abjurando o arianismo, durante a segunda metade do século VI (Almeida, 1967:33-34).

esses mesmos bispos converteram-se ao catolicismo no decurso do III Concílio de Toledo (589). Entre eles estava Argiovento, o bispo ariano do Porto. Visto que Cale voltava a ser a sede episcopal, Meinedo regressou à sua condição de paróquia (Almeida, 1967:28-36; Fernandes, 1997:96-98; Brito, 1975:211-213).

Esta teoria, apesar de relativamente bem calçada, está longe de concertar todas as opiniões. Iminentes historiadores, como Miguel de Oliveira, Torquato de Sousa Soares e Monsenhor Augusto Ferreira preferem valorizar o facto de em Meinedo ter havido, bem cedo, um mosteiro cujo abade teria prerrogativas episcopais, como aliás sucedeu em Dume, e cujo exemplo se pode colher nos mosteiros que depois vieram a proliferar sob a regra de São Bento. Deste mosteiro pouco se sabe, mas não espantará que os seus restos arqueológicos, sobretudo os da igreja, estejam enterrados debaixo da actual, comprovadamente românica, sendo também admissível que tivesse estado implantada na vizinha Quinta de Padrões. A fazer fé em Mário Barroca, nesta quinta identificam-se vários vestígios tardo-romanos e alti-medievais, sobressaindo um sarcófago que deverá provir de um templo construído no século VI, altura em que as fontes mencionam o dito bispado de Meinedo (Barroca, 1987:207-208).

Para José Cardoso, autor do célebre Agiólogo Lusitano, esta sede de bispado ganhou maior evidência porque as relíquias de Santo Tirso, trazidas de Constantinopla no ano 600 (Cardoso, 2002:278) por Fonsa, estavam depositadas na pedra de ara da igreja local: “(...) *hum illustre Conde de Lusitânia&Galliza* (...)” – que tratou de erguer um templo em sua memória e devoção⁵. Por sua vez, a brevidade de Meinedo como sede do bispado também não passou despercebida ao dito autor, que lhe mereceu o seguinte comentário: “(...) *In deuisione Episcopatum sub Rege Theodomiro Suevorum*



Figura 2. Imagem setecentista em madeira policromada de Santo Tirso - Igreja de Meinedo.

Magnetum Episcopatus Portuensis oppidum, quod sarraceni vocauerunt Maulhoce, factum est sedes, durauit paucum (...)” (Cardoso, 2002:279). (Fig.2)

Arrumada a questão do bispado e das relíquias de Santo Tirso, objecto de culto local até à actualidade, Meinedo, paróquia, freguesia e espaço geográfico com razoáveis potencialidades agrícolas, entrou num longo hiato documental que durou até ao começo do séc. XII.

A freguesia de Meinedo aparece associada, no século XII, ao patronímico de Santo Tirso. Em data anterior a 1542, altura em que se redigiu o Censual da Mitra do Porto, esse patronímico foi alterado para Santa Maria⁶, já que aí se diz: “(...) *item a igreja de*

⁵ Esta passagem não colhe nenhuma credibilidade, porque indica o ano de 600 como sendo o da construção do primitivo templo de Meinedo. Como é sabido, a primeira referência documental à presença de um bispo em Meinedo, o que torna indispensável a existência de um templo, data de 572, portanto, anterior à data apresentada por José Cardoso (2002:274).

⁶ A esta alteração do patronímico não será alheio o facto da imagem de Santo Tirso ter sido deslocada para uma capela lateral, enquanto que a imagem de Santa Maria (Nossa Senhora das Neves) passou a ocupar o lugar de destaque na capela-mor. Essa imagem é datável do século XIV, mas a atentar na documentação reunida por Domingos Moreira (1985/1986:124-125) a mudança terá ocorrido pelo séc. XVI.

Santo Tiso de Meinedo taxada em setemta livras he de apresemyaçam do bispo. Aguora se chama Samta Maria de Meinedo e he unida ao arcediogo do Porto (...)” (Santos, 1973:220).

Em 14 de Junho de 1341, D. Afonso IV deliberou sobre a posse dos coutos de Santo Tirso de Meinedo, de Campanhã e de São Doado de Cabanões, uma vez que tanto o Bispo do Porto como o próprio rei reclamavam a sua posse. Na busca que então se fez nas chancelarias antigas, foi descoberto que Santo Tirso de Meinedo era couto do Bispado do Porto. Como medida complementar, o rei ordenou que se fizesse inquirição na freguesia para averiguar se ele aí tinha alguma jurisdição. Ultimada aquela, o rei reconheceu que aquela freguesia havia sido coutada ao Bispado do Porto, o qual “(...) *poynha hy Juiz metudo pelo Abade da Egreia de Sancto tisso que ouyia os fectos Ceuijs dos moradores do dicto Couto. E que do dicto Juiz appelluam pera o Bispo (...)*”. Como consequência, ordenou então que o Julgado de Lousada respeitasse os direitos do Bispado do Porto, deixando-o usar os seus plenos poderes civis sobre aquele lugar⁷.

A doação do couto de Meinedo ao Bispado do Porto, incluindo o mosteiro que aí existia, foi feita por D. Afonso Henriques e remonta a 1131 (Santos, 1973:122): “(...) *Ego inffans Adeffonsus Portugalensium princeps gloriosus facio testamentum ... de hereditate meã propria quam habeo in terra de Sausa per successionem parentum meorum et auorum, id est monasterium de Santo Tirso de Meinedo uobis domno Hugonj episcopo Portugalsensi et ecclesie Portucalensis sedis (...)*” (DMP, DR, doc. 121:143-144). Este facto é corroborado pelas inquirições de 1258 nos seguintes termos:



Figura 3. Igreja tardo-românica de N.ª S.ª das Neves.

“(...) *Martinus Menendi, ... Interrogatus quomodo habuit ipsam Ecclesia, dixit quod Domini Rex Alfonsus veteris dedit eam ei, et monstravit ind nobis cartam novam sine sigillo et sine nullo signo (...)*” (PMH:543).

Em 30 de Março de 1398⁸, D. João de Azambuja – Bispo do Porto – ordenou a reactivação⁹ do arcediogo do Porto e de Meinedo. Justificava esta sua decisão de descentralizar o governo da diocese do Porto, pelo facto de ser obrigado a constantes ausências da diocese por motivos de força maior. Consumada a decisão, sob a alçada do arcediogo de Meinedo ficaram as igrejas de Santo André de Cristelos, São Vicente de Boim, São Lourenço, São Pedro de Ataíde, São Salvador de Castelões, São Mamede e São Martinho de Recesinhos, bem como as igrejas de Santa Eulália de Constance e de São Pedro de Croca (CC:588; Santos, 1973:37-43) (Fig.3).

O arcediogo absorveu um conjunto de competências que estavam directamente sob a alçada do Bispo do Porto, como era o caso da jurisdição civil

⁷ Chancelaria de D. Afonso IV, doc. 309, 125-128. Este documento também vem transcrito no *Corpus Codicum*, Tomo I, 78-82 (Santos, 1973:133).

⁸ Este documento só é conhecido por meio de um traslado feito em 18 de Julho de 1537 (CC:588-593).

⁹ Os arcediagos da Diocese do Porto haviam sido extintos por D. Martinho Pires (Santos, 1973: 37).

do Couto de Meinedo. Esta competência vem especificamente descrita no Tombo de bens, elaborado em 1705 (Santos, 1973:40).

Segundo Almeida Fernandes, a actual igreja paroquial contém alguns vestígios visigóticos (Fernandes, 1997:72). Contudo, e segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a igreja é muito simples e a sua cronologia não deve ser anterior ao século XIV. A presença de alguns elementos decorativos mais arcaicos deve-se às resistências do românico rural. Em nenhum momento é mencionada a presença de elementos visigóticos (Almeida, 1978:234) (Fig.4).

Num silhar que se encontra no lado esquerdo da porta principal da igreja existe uma epígrafe que, na opinião de alguns investigadores, data a construção daquela igreja. Segundo Carlos Passos, nessa epígrafe pode ler-se: “*in era MCCC consecratur ista ecclesia*”¹⁰. Este facto serve, na opinião de Eduardo Teixeira Lopes, para colocar a sagração desta igreja no ano de 1262 (Lopes, 2001:128-129; Lopes, 2004:258). Todavia, e segundo o Professor Doutor Mário Barroca, esta epígrafe apresenta um tipo de letra que permite datá-la como sendo do século XVI e o seu conteúdo não corresponde ao que é mencionado por Carlos Passos (Barroca, 2000:2178). Assim sendo, a informação de que aquela igreja foi sagrada em 1262 fica comprometida e a aguardar melhores provas em seu abono.



Figura 4. Epígrafe, dita românica, mas que é da centúria de quinhentos. Igreja de Meinedo.

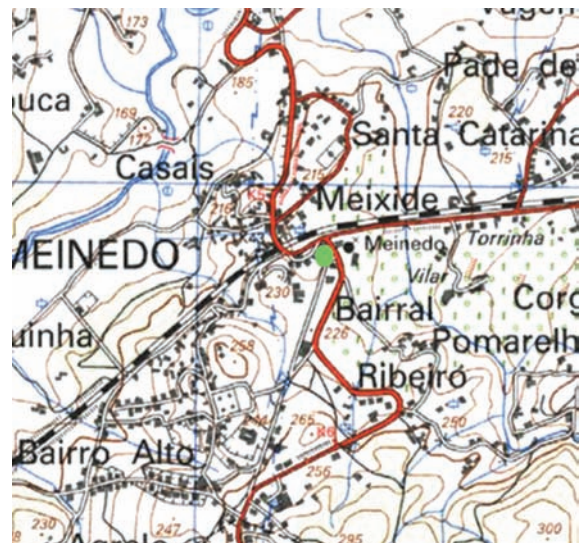


Figura 5. Local da intervenção arqueológica – Meinedo.

Por fim, nas Inquirições de 1258, há um último dado cuja importância revelou ser superior àquela que inicialmente se antevia: “(...) *in Mainedo habet XXV cabanarie ... Item dixit quod in Romariz habentur ibi duo cabanaria* (...)” (PMH:544). Esta referência a cabanas é fundamental para melhor perceber os dados arqueológicos recolhidos, já que, como veremos, a intervenção detectou um momento ocupacional, possivelmente medieval, em que as casas parecem ter sido construídas em madeira.

2. A intervenção arqueológica

O terreno onde se efectuou a presente intervenção arqueológica está fronteiro ao adro da igreja, do outro lado da estrada camarária. Havia sido, até tempo relativamente recente, um pequeno espaço agrícola e uma vinha que, em certa medida, havia ocupado uma boa parte da sua área cultivável. Quando se iniciou a intervenção arqueológica ainda se encontravam, por ali, alguns dos esteios que haviam sustentado as ramadas e nem todos os pés de vinha haviam sido convenientemente cortados (Fig.5).

A intervenção arqueológica nasceu de uma de-

¹⁰ Embora a leitura desta epígrafe varie ligeiramente de uns para outros autores, foram vários os que a mencionam. Para a sua identificação veja-se: Barroca, 2000:2178.

terminação do IPPAR quando foi chamado a pronunciar-se sobre a viabilidade de construção de um edifício naquele espaço que se encontra na área de protecção legal da igreja românica, classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1945 (Decreto n.º 34452 de 20-3-1945). Os trabalhos arqueológicos foram autorizados pelo IPA (ofício n.º 05524) e o plano de trabalhos devidamente sancionado pelo organismo da tutela, que é o IPPAR.

A escavação arqueológica acabou por realizar-se no mês de Julho de 2006 e de acordo com a legislação recebeu o seguinte acrónimo R-M-LSD-06 (Ronfe – Meinedo - Lousada – 2006).

O plano de trabalho previa a abertura de várias valas de sondagem para se obter uma radiografia, o mais completa possível, do terreno onde se pretendia construir o imóvel, com a salvaguarda do espaço interventivo ter de ser alargado, caso aparecessem vestígios arqueológicos que justificassem tal medida, ou a profundidade das valas tornasse obrigatória protecção adequada a arqueólogos e demais pessoal que ali trabalhasse.

3. Diário de campo

A intervenção arqueológica constou de três valas de sondagem, posteriormente alargadas face à profundidade que a intervenção atingiu em alguns pontos (Fig.6).

A vala 1 foi aberta no sentido Noroeste-Sude-

te. Tem 16,3 m de comprimento e 3,25 m de largura na área onde a escavação atingiu maior profundidade.

A vala 2 foi aberta no sentido Nordeste-Sudoeste, cruzando-se com a vala 1. Tem 19,7 m de comprimento e 3 m de largura nas áreas onde a intervenção arqueológica chegou mais fundo.

A vala 3 é um prolongamento da extremidade sudoeste da vala 2. Foi orientada no sentido Este-Oeste. Tem 6,75 m de comprimento e 4,15 m de largura na área mais larga.

3.1. Estratigrafias

Vala 1

Estrato 1 - Camada de entulho superficial.

Estrato 2 - Camada agrícola. Terra de tom cinzento-escuro, ligeiramente compacta e homogénea.

Estrato 3 - Camada agrícola. Terra de tom cinzento-escuro, ligeiramente compacta e homogénea (a sua composição e coloração é quase idêntica ao estrato 2).

Estrato 4 - Camada de entulho que sela a destruição do M1. Terra de tom castanho amarelado, misturada com pedras de pequena dimensão.

Estrato 5 - Camada de entulho. Terra de tom cinzento-acastanhado, heterogénea e compacta.

Estrato 6 - Camada de entulho. Terra de tom castanho-escuro, homogénea e compacta.

Estrato 7 - Camada de entulho. Terra de tom castanho, homogénea e compacta.

Estrato 8 - Camada relacionada com a construção do muro M1. Terra de tom castanho-amarelado, textura granulosa, homogénea e misturada com pedras de pequeno porte.

Estrato 9 - Camada de abandono dos buracos de poste e das valas cavadas no saibro. Terra humosa de tom cinzento-escuro, pouco compacta e homogénea.

Estrato 10 - Camada de entulho. Terra argilosa de tom cinzento-escuro, homogénea e ligeiramente compacta.

Estrato 11 - Camada de entulho.



Figura 6. Terreno onde se fez a intervenção arqueológica.

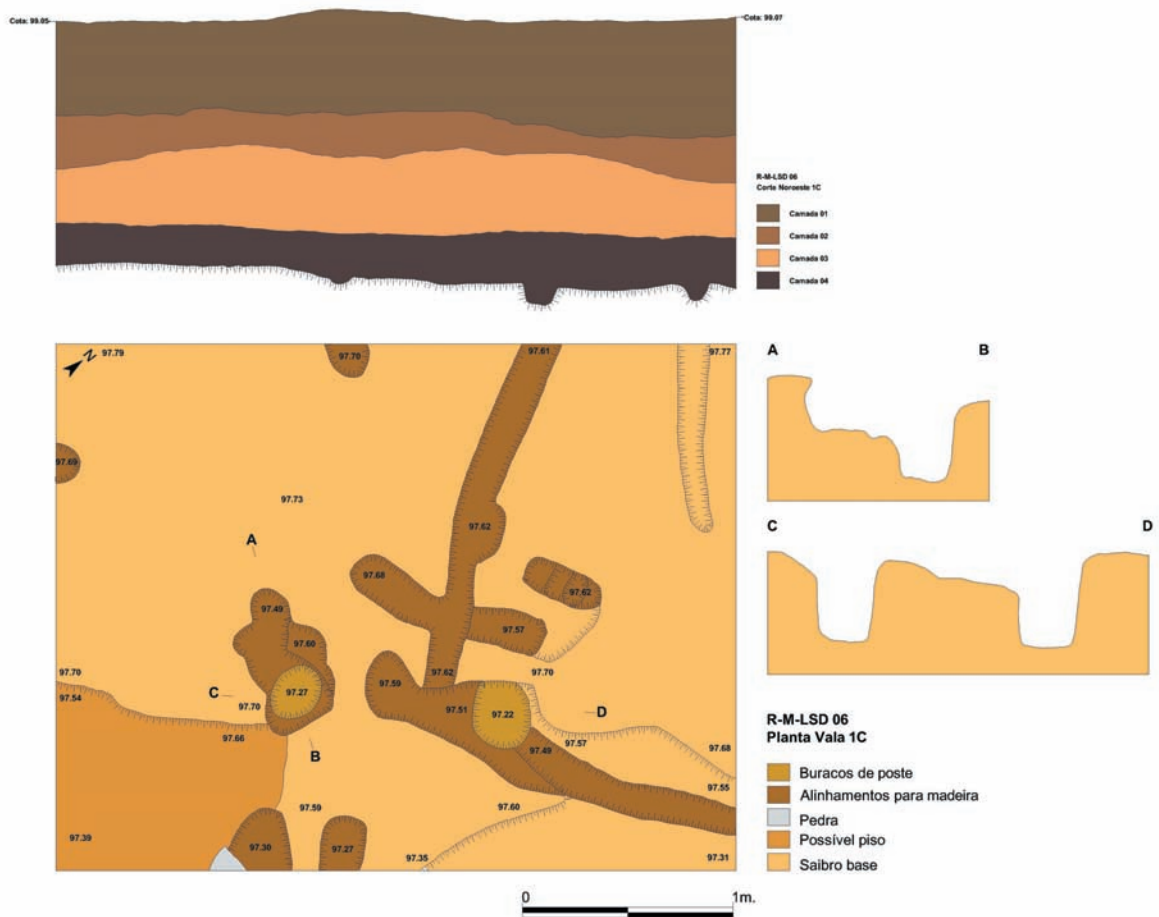


Figura 7. Estratigrafia e planta dos buracos de poste abertos no saibro.

Terra argilosa, de tom castanho, homogénea e muito compacta.

Estrato 12 - Camada de entulho. Terra argilosa, de tom castanho-claro, homogénea e compacta.

Estrato 13 - Camada de destruição. Terra argilosa, de tom cinzento, homogénea, compacta, misturada com muita pedra, alguns carvões e espólio cerâmico.

Estrato 14 - Camada não arqueológica. Desagregação do terreno geológico. Terra saibrosa, de tom amarelado.

Estrato 15 - Camada não arqueológica. Terreno geológico. Saibro de tom amarelo (Fig. 7).

Vala 2

Estrato 1 - Camada possivelmente relacionada com um restauro do muro de vedação da propriedade. Terra saibrosa, de tom acastanhado, granulada e solta.

Estrato 2 - Camada de enchimento do buraco aberto para o plantio de vinha. Terra de tom castanho, heterogénea e compacta.

Estrato 3 - Camada agrícola. Terra de tom cinzento-escuro, ligeiramente compacta e homogénea.

Estrato 4 - Piso (?). Terra de tom castanho amarelado, heterogénea e misturado com muitos nódulos de saibro.

Estrato 5 - Camada de entulho. Terra de tom castanho, heterogénea e misturada com alguns nódulos de saibro.

Estrato 6 - Camada agrícola. Terra de tom cinzento-escuro, ligeiramente compacta e homogénea.

Estrato 7 - Camada de entulho. Terra argilosa de tom castanho esbranquiçado.

Estrato 8 - Camada de entulho que sela a destruição do M1. Terra de tom castanho amarelado, misturada com pedras de pequena dimensão.

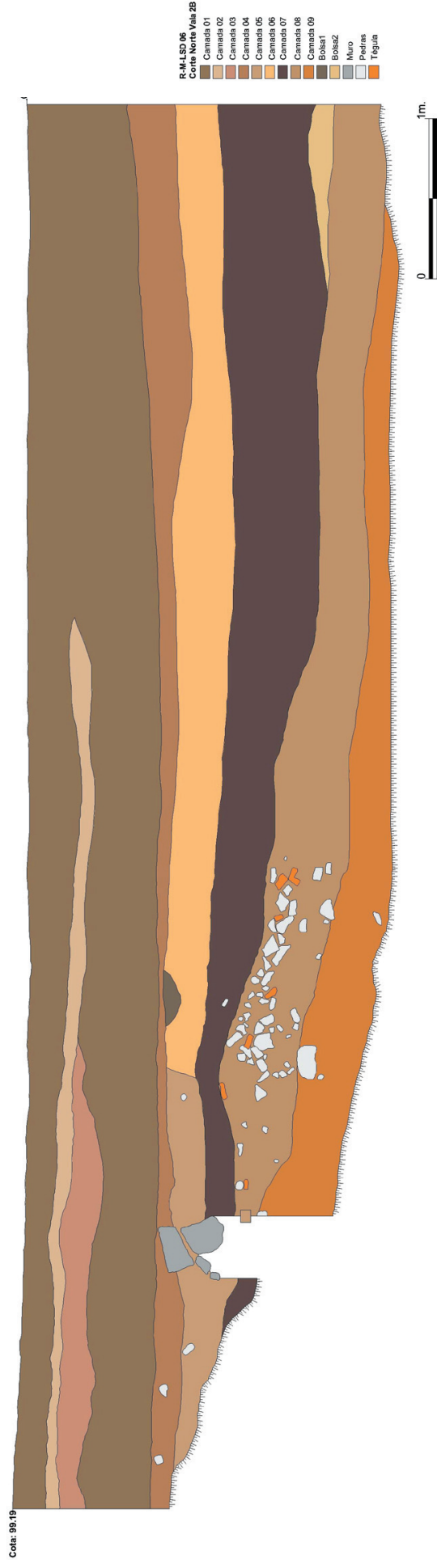


Figura 8. Corte estratigráfico relacionado com o M1.

Estrato 9 - Camada de entulho. Terra de tom castanho-amarelado, homogénea e misturada com pedras de pequeno porte.

Estrato 10 - Camada de destruição do muro M1. Terra de tom cinzento-escuro, muito homogénea, com pedras de pequeno porte, bastante compacta e misturada com material de construção.

Estrato 11 - Camada de entulho. Terra de tom cinzento-acastanhado, heterogénea e compacta.

Estrato 12 - Camada de entulho. Terra de tom castanho-escuro, homogénea e compacta.

Estrato 13 - Camada de entulho. Terra de tom castanho, homogénea e compacta.

Estrato 14 - Camada relacionada com a construção do muro M1. Terra de tom castanho-amarelado, textura granulosa, homogénea e misturada com pedras de pequeno porte.

Estrato 15 - Camada de entulho. Terra argilosa de tom cinzento-escuro, homogénea e ligeiramente compacta.

Estrato 16 - Camada de entulho. Terra argilosa, de tom castanho, homogénea e muito compacta.

Estrato 17 - Camada de entulho. Terra argilosa, de tom castanho-claro, homogénea e compacta.

Estrato 18 - Camada de destruição. Terra argilosa, de tom cinzento, homogénea, compacta, misturada com muita pedra, alguns carvões e espólio cerâmico.

Estrato 19 - Camada não arqueológica. Desagregação do terreno geológico. Terra saibrosa, de tom amarelado.

Estrato 20 - Camada não arqueológica. Terreno geológico. Saibro de tom amarelo.

Vala 3

Estrato 1 - Camada agrícola. Terra de tom cinzento-escuro, ligeiramente compacta e homogénea.

Estrato 2 - Piso (?). Terra de tom castanho amarelado, heterogénea e misturado com muitos nódulos de saibro.

Estrato 3 - Camada de entulho. Terra de tom castanho, heterogénea e misturada com alguns nódulos de saibro.

Estrato 4 - Camada agrícola. Terra de tom cinzento-escuro, ligeiramente compacta e homogénea.

Estrato 5 - Camada de entulho que sela a destruição do M1. Terra de tom castanho amarelado, misturada com pedras de pequena dimensão.

Estrato 6 - Camada de destruição do muro M1. Terra de tom cinzento-escuro, muito homogénea, com pedras de pequeno porte, bastante compacta e misturada com material de construção (Fig.8).

Estrato 7 - Camada relacionada com a construção do muro M1. Terra de tom castanho-amarelado, textura granulosa, homogénea e misturada com pedras de pequeno porte.

Estrato 8 - Camada de entulho. Terra argilosa de tom cinzento-escuro, homogénea e ligeiramente compacta.

Estrato 9 - Camada de entulho. Terra argilosa, de tom castanho, homogénea e muito compacta.

Estrato 10 - Camada de destruição. Terra argilosa, de tom cinzento, homogénea, compacta, misturada com muita pedra, alguns carvões e espólio cerâmico.

Estrato 11 - Camada não arqueológica. Desagregação do terreno geológico. Terra saibrosa, de tom amarelado.

Estrato 12 - Camada não arqueológica. Terreno geológico. Saibro de tom amarelo.

3.2. Análise estratigráfica

Os estratos mais antigos não possuem interesse arqueológico. Tratam-se do terreno geológico (estrato 15 da vala 1; estrato 20 da vala 2; estrato 12 da vala 3) e de uma camada resultante da sua deterioração (estrato 14 da vala 1; estrato 19 da vala 2; estrato 11 da vala 3).

Na sequência estratigráfica segue-se uma camada que, pelas suas características e pelo espólio arqueológico, aparenta ser o resultado da destruição de uma estrutura do final da época romana (estrato 13 da vala 1; estrato 18 da vala 2; estrato 10 da vala 3). Contudo, esta intervenção arqueológica não detetou nenhuma estrutura arquitectónica com a qual ela se pudesse articular.

É possível que essa estrutura se localize um pouco mais a Sul, onde hoje existe uma casa de lavoura implantada sobre uma pequena elevação (Fig.9).

Sobre esta camada foram lançadas outros estra-



Figura 9. Buracos de poste e valas abertos no saibro.

tos de entulho (estratos 10 a 12 da vala 1; estratos 15 a 17 da vala 2; estratos 8 a 9 da vala 3). Neste momento, a nossa atenção desvia-se para um conjunto de valas e de buracos de poste que foram descobertos na vala 1. Eles são o que resta de uma estrutura perecível, talvez em madeira, que poderá ser medieval. Se assim é, então poderemos estar na presença de uma das 25 cabanas que são referidas nas Inquirições de 1258 (PMH: 544). Esta situação é ainda mais interessante quando nos apercebemos que o terreno intervencionado se encontra muito próximo da Igreja Paroquial medieval de Meinedo.

Ao todo foram identificados 11 buracos de poste e 4 valas, todas abertas no terreno geológico.

Duas das valas funcionam articuladamente, criando um ângulo próximo dos 90°: Noroeste-Sudeste/Sudoeste-Nordeste. Junto à parede que se desenvolve no sentido Noroeste-Sudeste, foi detectada uma outra que corre no mesmo sentido e que poderá dar origem a uma espécie de corredor.

A vala alinhada no sentido Sudoeste-Nordeste

aparenta ter sido reaberta, uma vez que a vala primitiva parece ser rasgada por uma outra mais recente e que possui a mesma orientação. Provavelmente, tratar-se-á de uma renovação estrutural dessa parede. Quanto aos buracos de poste não foi possível perceber a sua função ou o modo como se articulavam com a estrutura criada pelas valas rasgadas no saibro. Talvez se destinassem a sustentar ou a aumentar a solidez estrutural de uma construção cuja composição total se nos escapa, até porque este espaço foi muito perturbado pelas ocupações mais recentes. Aliás, uns e outros são selados por camada de terra que marca a construção de um muro em pedra (M1) e que serviria de sustentação de um socalco. A construção deste muro terá alterado a topografia do terreno. Assim se explica que uma parte significativa dos estratos relacionados com os buracos de poste e com as valas cavadas no saibro tenha desaparecido, tanto mais que houve, em certos sítios, também a extracção de saibro.

O muro em questão foi feito com pedras, de diversos tamanhos e com talhe pouco cuidado. Seria um muro com uma única face, feito a partir de pedra reaproveitada de anteriores construções (Fig.10).

Após a construção do muro foram lançadas várias camadas de entulho como forma de regularizarem o terreno (estratos 5 a 7 da vala 1; estrato 11 a 13 da vala 2). Mais recentemente, em pleno século



Figura 10. Camadas arqueológicas relacionados com o M1.



Figura 11. Aspecto do M1 após a escavação.

XX, o terreno voltou a sofrer alterações significativas. O muro M1 foi derrubado, tendo sido aberta uma vala de saque de pedras que viria a ser cheia (estrato 10 da vala 2; estrato 6 da vala 3).

O terreno adquiriu então uma forma diferente: a sua cota foi alteada e regularizada, tornando desnecessário a presença de um muro de socalco. Para se conseguir esse efeito, lançaram-se diversas camadas de nivelamento (estrato 4 da vala 1; estrato 7 a 9 da vala 2; estrato 5 da vala 3). Sobre estas camadas criou-se uma plataforma agrícola bastante espessa (estrato 3 da vala 1; estrato 6 da vala 2; estrato 4 da vala 3).

Numa das extremidades da vala 1 encontrou-se um estrato de nivelamento (estrato 5 da vala 2; estrato 3 da vala 3) e o que parece ser o que resta de um piso (estrato 4 da vala 2; estrato 2 da vala 3). Estas duas camadas são relativamente recentes, não estando associadas a nenhuma estrutura (Fig.11).

Sobre estas camadas encontrou-se uma nova camada agrícola que alteou ainda mais a cota superior do terreno (estrato 2 da vala 1; estrato 2 da vala 2; estrato 1 da vala 3). Esta é uma prática relativamente comum nos nossos dias, sendo utilizada para resolver problemas de fertilidade da terra agrícola ou para criar novos espaços aráveis.

Prática igualmente comum, era, até época relativamente recente, levar para os campos o estrume que se ia fazendo nos quinteiros e cortes de animais. Com ele iam os recipientes cerâmicos parti-

dos e inutilizados que, por norma, eram lançados no quinteiro das casas de lavoura. Não admira, portanto, que nas camadas mais superficiais proliferem vestígios cerâmicos de diversas épocas, nomeadamente das mais recentes. Por fim, resta mencionar uma vala que foi aberta para se plantarem as videiras que cobriam a ramada que existia em redor do terreno intervencionado (estrato 2 da vala 2).

4. O espólio arqueológico das sondagens

O espólio recolhido nesta intervenção arqueológica consta de cerâmica, líticos, metais e vidros. O total de peças identificadas é de 652 fragmentos, assim distribuídos: líticos 3, vidros 31, metais 4, sendo os restantes 614 constituídos por cerâmicas. Por sua vez, estas dividiam-se em 312 fragmentos de cerâmica de uso doméstico e os restantes 302 por materiais de construção, ou seja, telha (*tegula* e *imbrex*) e tijoleira.

Os materiais líticos correspondem a uma mó de rebolo fracturada em duas metades e a um fragmento de xisto com orifício, daqueles que normalmente se vêm em placas de idêntico material usado para ajudar a fixar o colmo que era aplicado em telhados, como cobertura.

De coloração verde musgo, os vidros são todos de época tardo-romana, com cronologias que se estendem entre o séc. IV e o VI e fazem parte de meia dúzia de pequenas taças ou copas muito vulgares em ocupações semelhantes daquela altura (Figs. 12a, 12b, 12c, 12d e 12e).

Salvo metade de uma ferradura, os metais são pregos muito oxidados e deformados pelos solos alcalinos em que estavam depositados. Há ainda um pequeno fragmento de bronze cuja função e cronologia desconhecemos, por força da pequenez da parcela recolhida.

A cerâmica de uso não doméstico, ou seja, os materiais de construção são constituídos fundamentalmente por *tegula* e *imbrex*.

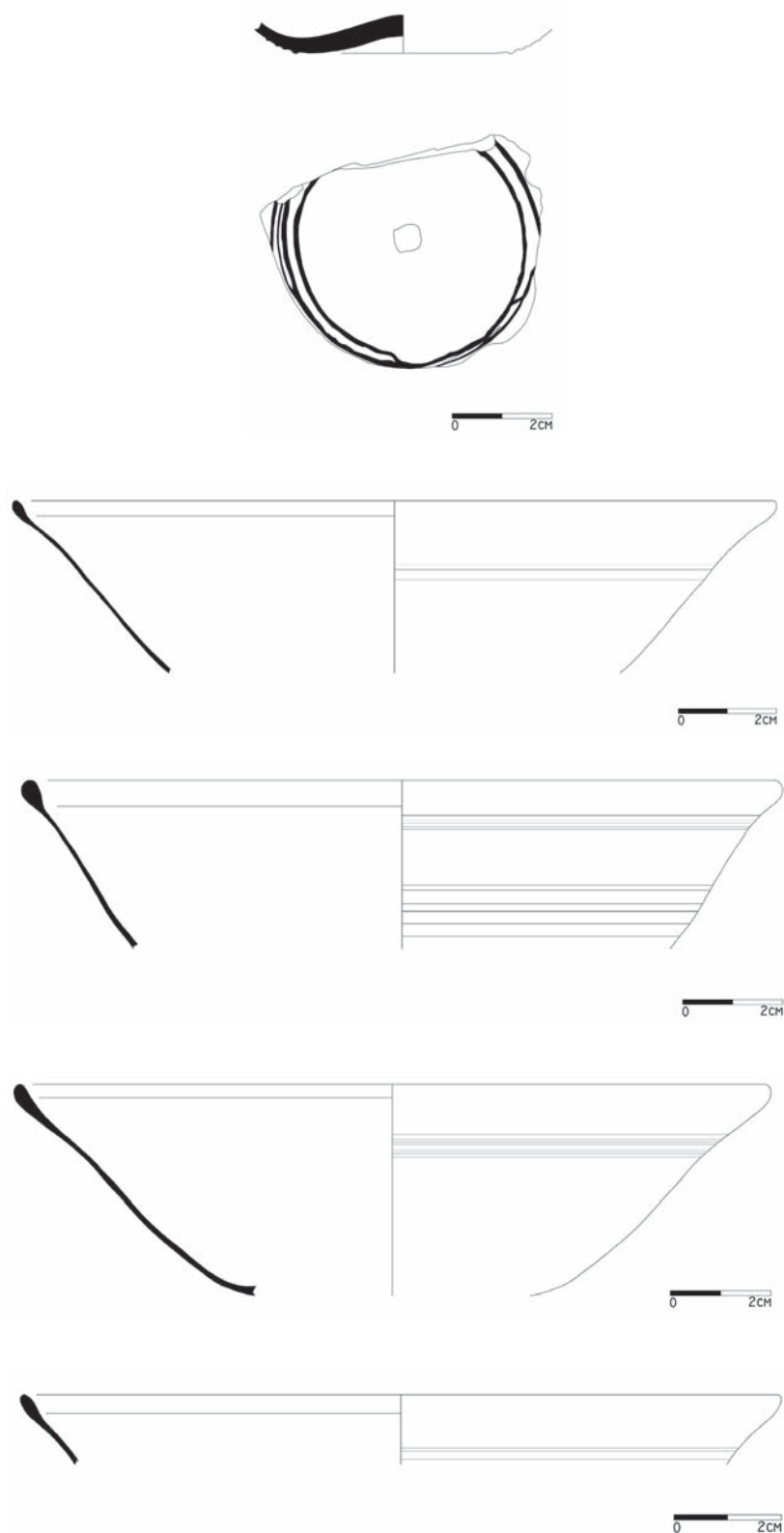


Figura 12 (a, b, c, d, e). Bordos e fundos de taças ou copas em vidro da época tardo-romana (séc. IV e o VI).

A tijoleira é mais escassa, mas mesmo assim permite tirar uma importante ilação: o chão da habitação a que pertenceu tinha um ou mais compartimentos com um pavimento bem mais sólido que a simples terra batida. Tal facto até se compreende face à humidade destes terrenos e por ser norma usual em casas de época romana tardia. Por exemplo, veja-se o caso da ocupação romana da Agra do Relógio, em São Paio de Antas (Esposende), uma outra em São Lourenço do Mato, em Ponte de Lima (Almeida, 2003a:113-129; Almeida, 2004:151-180), ou então, numa outra geograficamente mais próxima, caso da *villa* de Sendim, em Felgueiras, onde havia pavimentos em tijoleira.

A *tegula* e o *imbrex* são óptimos indicadores quanto à cobertura das casas durante o Baixo Império naquela região. Aliás, a grande quantidade de fragmentos de *tegula* que se vai encontrando nas imediações e no interior da Quinta de Padrões conduz-nos a uma situação semelhante, sabendo-se, para mais, que ali também há restos de construções de época romana e tardo-romana enterradas. Alguma da *tegulae* tem marca de fabrico, sendo provável que provenha de um forno local, já que se conhecem situações onde isso acontece. Só a título de exemplo, diremos que sítios como o Paço Velho da Facha, o Paço de Calheiros ou o Paço da Correlhã, tudo no concelho de Ponte de Lima e com sinais evidentes de uma ocupação tardo-romana, tiveram um forno cerâmico que produzia materiais de construção e, entre eles, a *tegula*.

Convém referir que não foram encontradas estruturas arquitectónicas relacionáveis com este espólio de época tardo-romana. Tais estruturas localizar-se-iam nas imediações da área escavada, provavelmente na pequena elevação situada a Sul desta área, a meio caminho para o castro da Idade do Ferro.

No que diz respeito à cerâmica dita comum, há que a dividir em dois grandes blocos cronológicos: a cerâmica tardo-romana e a cerâmica posterior ao século XVII (Fig. 13).

Se relacionarmos a cerâmica e os demais objectos com a distribuição das camadas estratigráficas, facilmente concluiremos que nos estratos superiores a quase totalidade do espólio é de origem não romana. São, portanto, os tais fabricos que se da-



Figura 13. Fragmento de faiança portuguesa do séc. XVII.

tam de uma época posterior ao século XVI. Se, entre eles, há materiais mais antigos, tal situação advém do facto de ali ter havido movimentação de terras e de naquele campo ter sido plantada uma vinha. Em termos percentuais, a maior quantidade de materiais cerâmicos recolhidos nestas camadas mais superficiais são os fragmentos de *tegula*, o que até nem espanta, porque é do material mais resistente e que, por isso mesmo, representa mais de 40% do total recolhido.

Nas já mencionadas três camadas superficiais, o número de fragmentos recolhidos orça os 215, o que, em termos percentuais, representa praticamente um terço do total recenseado. Por outras palavras, mesmo que entre eles houvesse materiais de cronologias bem aferidas, pouco interesse cronológico teriam para eventuais estruturas, pelo facto de serem camadas descontextualizadas e produto de várias regularizações do solo.

Uma triagem feita na cerâmica destas três camadas demonstrou que, excluída a *tegula*, os demais são produtos contemporâneos, sobretudo os fragmentos de faiança que, grosso modo, são de atribuir à segunda metade do século XIX e mesmo ao século XX. No entanto, há alguns fabricos que podem ser considerados mais antigos, nomeadamente um fundo de prato decorado com um filete de tom vinoso, que deverá ser atribuído ao século XVIII, e três outros bocados com decoração em “rendas”, filetes azuis e brancos e pastas esbranquiçadas que



Figura 14. Bordo de taça em vidro. Cronologia: Séc. V/VI.

costumam ter uma cronologia um pouco mais recuada, ou seja, da centúria anterior (Fig. 14).

Coincidentes com as cronologias das faianças são também as cerâmicas de pasta vermelha não vidrada e que têm todas as características das produções de época moderna saídas das olarias de Ovar/Aveiro. A par destas há outras produções, com fabricos menos cuidados e pastas mais acastanhadas que vermelhas. O centro produtor pode ter sido Prado, mas não espantaria se forem oriundos dos muitos centros oleiros que entre a época moderna e o século XX proliferaram por toda a região em torno do Porto. Apesar da sua excessiva fragmentação, na meia centena de fragmentos que podem ser atribuídos a este grupo, é possível determinar a presença de formas bem típicas das casas de lavoura, como sejam os cântaros, as bilhas e as panelas de barro.

Por sua vez, os fragmentos de louça preta são residuais, tal como os fragmentos cobertos com vidrados de chumbo.

No primeiro caso há panelas e chocolateiras – destas há parte de um teste – com nítidos sinais de fuligem na face exterior.

No caso dos vidrados de chumbo, as formas mais representadas são os alguidares e as caçoilas de tons vermelho-alaranjados, a par de outros com tons mais matizados ou beges e amarelo, numa cronologia que oscila entre os séculos XIX e o XX. Os centros pro-

dutores terão sido as olarias que se estendem de Prado a Barcelos.

Abaixo da camada 4, aparece uma camada de transição para outras com cerâmicas atribuídas ao mundo tardo-romano, senão mesmo já do começo da Alta Idade Média.

Para uma tal cronologia apontam os fragmentos de vidro de copas ou taças, de bordo ligeiramente engrossado e a rematar em cabeça de fósforo, coloração verde musgo e decoração ligeira de linhas paralelas gravadas. Tais produções são vulgares em estações do fim do Império, bastando, para isso, consultar as várias publicações da autoria de Jorge e Adília Alarcão para se perceber que elas têm uma cronologia que se estende desde o século IV até ao século VI (Alarcão, 1965).

No mesmo sentido apontam cerca de dezena e meia de fragmentos de cerâmica de pasta cinzenta clara, com muitas partículas finas de mica e de superfícies cinza mais escura, mas de superfície mais rugosa que outras que bem se conhecem de cronologias mais antigas, como o é o caso das cinzentas finas atribuídas ao Alto Império. Estas têm algumas semelhanças, mas uma análise mais cuidada mostra que a qualidade da pasta é diferente e que o tratamento da face exterior perde também em qualidade. Além disso, a cozedura das primeiras é de qualidade superior a estas. Basta consultar a bibliografia das estações mais nortenhas – *villa* tardo-romana do Paço Velho da Facha (Ponte de Lima), *villa* romana de Vila Cova (Barcelos) Forte de Lobelhe (Vila Nova de Cerveira), Casal da Agra do Relógio (Esposende) – para se perceber que tais produções encontram paralelos nesta e em outras estações com cronologias similares.

Nas camadas que se estendem até ao natural, numas mais que noutras, há material tipicamente tardo-romano, mais de dois terços do total recolhido é constituído por *tegula*, algum *imbrex* e outros tantos fragmentos de tijoleira. Não se pode dizer que tais materiais estavam inseridos em camadas de ocupação, tanto mais que nem há estruturas – o muro que existe é clara e estratigraficamente posterior ao mundo tardo-romano e, para mais feito com pedras reutilizadas, parte de uma mó circular, e incorporando ainda *tegula* no miolo. Nenhuma delas é fruto de uma vivência humana. São sim, o fruto



Figura 15. Fragmento de cerâmica tardo-romana.

de uma antiga regularização de um espaço que foi usado como local de extracção de saibro, provindo as cerâmicas de um sítio que não é necessariamente coincidente com aquele. Estará bem próximo, mas não estão relacionadas com qualquer estrutura que ali tenhamos encontrado (Fig.15).

Entre a cerâmica dita comum distinguem-se 4 pequenos fragmentos de ânfora, mas são tão minúsculos que resulta impossível a identificação de qualquer tipo de forma. Só a pasta aponta para uma coloração tendencialmente avermelhada, facto que ocorre em vários fabricos. Para além destes, há ainda dois pequenos bocados de pasta amarelada e superfície canelada, situação que ocorre em vasos do Baixo Império.

O grosso da cerâmica comum corresponde a formas de uso utilitário. Conhecem-se painéis de bordo extrovertido e pança rombóide, um ou outro gargalo de bilha e mesmo de *oinokoé*, de *dolia* e sobretudo de potes e painéis fortemente carregados de fuligem na face exterior. Aliás, nos cerca de 130 fragmentos desta categoria, 85% conservam sinais claros de fuligem.

Com tais premissas, fácil é de constatar que a cerâmica recolhida nesta intervenção provém de uma casa de habitação tardo-romana, com vivência ainda no período suévico, mas sem ultrapassar a barreira desta primeira fase da “germanização” da região. Apesar de muito fragmentadas, da má qualidade das pastas e dos fabricos – muito arenosas e com as su-

perfícies rugosas – as cerâmicas mostram que ainda pertencem ao mundo romano. Raras são as pastas cinzentas e mesmo as castanho-escuras que voltam a estar em moda no começo da presença suevo-visigótica. Tão pouco há as cerâmicas com fabricos a demonstrar o uso do torno lento e as pastas com grandes grãos de areia a servir de desengordurante que estiveram em voga durante a Alta Idade Média e que chegaram até à Reconquista.

Perante tais indícios, é de concluir que estes vestígios cerâmicos são de uma habitação do mundo tardo-romano, cujas estruturas não foram encontradas. Os negativos abertos no saibro do solo geológico são obra posterior, provavelmente já da Idade Média. Também não são coevos do muro M1 que, embora feito com alguma pedra reutilizada sobre as camadas com cerâmicas romanas, será igualmente posterior aos buracos abertos no saibro. Por outro lado, há que contar que a documentação medieval fala na existência de “cabanas” nestas paragens e que, próximo à igreja românica, houve um ermitério de tradição visigótica.

4. Conclusão

A presença de sinais arqueológicos no espaço geográfico de Meinedo não é propriamente desconhecida, pois tanto a bibliografia da especialidade (Brandão, 1971:627-628; Almeida, 1972:113-136; Alarcão, 1988; Mendes-Pinto, 1992; Dias, 1997:302), como algumas publicações de História da Arte, têm vindo a publicitar o enorme manancial informativo que se guarda na Quinta de Padrões (Almeida, 1986:22).

A sucessão de achados que se foram revelando em torno da igreja românica e da Quinta de Padrões deve ter obliterado o espírito observador que normalmente acompanha os arqueólogos, pois, senão, como se explica o total esquecimento, até data recente na bibliografia arqueológica, do castro da Idade do Ferro situado no pequeno outeiro a sul da igreja? (Fig.16).

Pensamos que a mais antiga informação sobre este povoado apareceu no PDM municipal e a partir daí foram nascendo as referências que a ele se fazem, sempre muito parcas. Lino Tavares limitou-



Figura 16. A colina do maltratado castro de Meinedo.

se a apontar a existência de um castro em Meinedo e posteriormente um estudo monográfico dedicado a esta freguesia viria a situar correctamente o habitat, mas a apontar um outro, dito romanizado, na Quinta de Padrões (Dias, 1997:302-305; Lopes, 2001:9). Nada mais enganador, porque efectivamente só existe um, o primeiro, enquanto o segundo deve ser entendido como a ocupação romana localizada a norte da igreja românica.

O castro de Meinedo está situado numa pequena elevação que se demarca, nitidamente, no meio dos terrenos de cultivo que se estendem para sul da igreja. É uma colina alongada, com um tufo de eucaliptos num dos topos, enquanto do lado contrário assomam duas volumosas penedias que marcam a paisagem. Quem se aproxima, vindo da igreja, vislumbra, bem lá no topo, duas pequenas casas de habitação de tipologia recente, mas quem o subir pelo lado contrário esbarra com mais casas, quintais e, sobretudo, com o cemitério paroquial (Fig.17).

Em resumo, aquele que foi o local do povoado da Idade do Ferro, provavelmente o primeiro sítio populacionalmente organizado da freguesia, está hoje profundamente descaracterizado, com o que restava das antigas estruturas habitacionais desmanteladas e o sistema defensivo totalmente aniquilado. Quando muito, resta a colina como

elemento geográfico ainda prevalecente, alguns fragmentos cerâmicos espalhados pela encosta não ocupada e certamente por restos de um ou outro alicerce de casas circulares e rectangulares, porque é crível que o sítio, pela sua localização e topografia, bem poderá ter conhecido os alvares da romanização. Terrenos agrícolas de qualidade média haviamos com fartura na plataforma que se estende até aos limites setentrionais da Quinta de Padrões e de maior índice produtivo na vertente oeste, onde diversas linhas de água drenam para o Rio Sousa e facilitam a irri-

gação de uma boa quantidade de solos de aluvião.

Sem excluirmos outros pontos de real interesse arqueológico desta freguesia, não restam dúvidas de que a grande concentração de vestígios está a norte da igreja românica, com epicentro no espaço agrícola que é a Quinta de Padrões e no vizinho espaço do campo de futebol. Convirá aqui recordar que Ferreira de Almeida noticiava que em 1972, por ocasião das obras do campo de futebol, havia ali descoberto vários materiais romanos, nomeadamente fragmentos de terra sigilata hispânica, imitações de vermelho pompeiano, parte de uma lucerna de tipo africano com simbologia cristã e um pedaço de um prato de terra sigilata Clara D. Tudo com uma cronologia que atribuíra ao séc. IV (Almeida, 1972:117 e nota 12).

Estes achados, mais os que se foram desenterrando na Quinta de Padrões ao longo de vários anos



Figura 17. Quinta de Padrões a norte e junto à igreja românica.



Figura 18. Tegulae e condutas de água em barro. Quinta de Padrões.

de trabalhos agrícolas e de sucessivas limpezas dos campos aplanados e regularizados para a plantação de uma grande vinha, confirmam aquilo que já, casuisticamente, se adivinhava: se por ali houve um mosteiro, com prováveis origens visigóticas, ligado ao culto de Santo Tirso, antes tinha havido uma grande ocupação de época romana que perdurou para lá da mudança da administração romana para a suévica.

O tipo de achados e a sua diversidade – colunas, capitéis de tipologia visigótica, silhares almofadados de ombreiras de portas de edifício de grande porte, soleiras de porta, fragmentos de *opus signinum* de abóbada, tijoleiras, canalizações em barro e em pedra, *tegulae* fragmentada e inteira, fragmentos cerâmicos indígenas (castrejos) e romanos – permitem uma análise mais cuidada e sobretudo autorizam a tecer certos considerandos de carácter agrário e civilizacional (Figs.18 e 19).

O primeiro prende-se com o conhecimento que temos de ter sido encontrada cerâmica castreja no interior da quinta, algo que não nos espanta, porque nós próprios a vimos num momento em que o solo da vinha havia sido agricolamente

revolvido, para além de ser prática comum na periferia de muitos dos castros da área dos Brácaros (Almeida, 2003a:118-119; Almeida, 2003b:306). A ter acontecido como nos outros sítios, o que na realidade se passou, é que no advento da Romanização, processou-se a “descida” de uma ou mais famílias de agricultores que optaram por se fixarem, em definitivo, junto dos campos que laboravam. O local escolhido, não muito longe do castro onde possuíam as suas raízes, tinha potencialidades agrárias de excepção, porque se situava numa encosta acolhedora, ensolarada e com pontos de água que permitiam e facilitavam a

irrigação. A fixação levou-os, muito provavelmente, a erguer um núcleo familiar ainda à maneira indígena, o qual derivaria, mais tarde, para um tipo de habitação de tipologia e materiais aplicados à maneira romana. Leia-se: para uma exploração agrária de tipo romano, tenha sido ela quinta, senão mesmo uma *villa* ¹¹.

O segundo relaciona-se com a cronologia dos achados guardados na Quinta de Padrões, porque outros há, embora de carácter funerário, à guarda



Figura 19. Casa da Quinta dos Padrões com restos arqueológicos dispostos ao longo do caminho de acesso.

¹¹ Na falta de indicações seguras, alicerçadas em escavações – foram feitas duas, uma na periferia da Quinta de Padrões e a outra no interior da igreja românica, mas desconhecemos os respectivos resultados – somente podemos problematizar acerca da evolução da ocupação desta encosta nos anos que se seguiram até ao Baixo Império.

do Museu Municipal de Penafiel (Barroca, 1987:207-208). Os que se encontram na Quinta de Padrões têm uma cronologia tão lata como a que medeia entre o mundo tardo-romano e a Baixa Idade Média e, se nos abstrairmos do sarcófago que bem pode ter vindo do espaço eclesial situado na periferia, então não restam grandes dúvidas que todos eles encaixam numa estrutura habitacional ou com ela relacionada, mesmos os capitéis de tipologia coríntia.

A falta de melhor explicação, é exequível admitir-se que a actual casa de habitação da quinta – profundamente remodelada no séc. XX – é a herdeira assumida de uma outra, de lavoura, que começou com agricultores castrejos e viu, no Baixo Império, transformar-se numa grande exploração agrícola. Esta tinha anexos e casa do *dominus* provida de pavimentos forrados a tijoleira, muros de alvenaria, ombreiras com grandes blocos almofadados, espaços do *impluvium* e do peristilo suportados por colunas com capitéis, cobertura a telha (*tegulae*) e abastecimento de água conduzida por canalizações apropriadas e, provavelmente, um conjunto termal, face à presença de *opus signinum* que pode provir de uma abóbada.

Se tudo isto encaixa, então estamos perante o que resta de uma *villa* nascida no Baixo Império e que teve vida activa durante a governação visigótica, já que os capitéis estão bem atribuídos àquele período pós-romano. A nossa grande dúvida está em considerá-los, somente, como elementos de uma casa de habitação. E se eles pertenciam a uma igreja visigótica? Se o são, faz então todo o sentido considerar o mosteiro como tendo sido fundado naquela altura. A dúvida estará somente na sua localização. Estaria no interior da quinta ou no sítio da actual igreja? Em qualquer das situações, não seria possível que um ignorasse o outro, sendo até bem provável que o convento fosse uma emanção dos proprietários da velha *villa* romano-visigótica.

Nesta análise ocupacional da encosta setentrional do velho castro da Idade do Ferro, onde encaixamos os restos arqueológicos, romanos e de tradição romana, saídos da intervenção arqueológica junto à igreja românica de Meinedo?

Tendo presente a cronologia de ambos é evidente que há uma contemporaneidade. Numa primeira

observação é possível que estes vestígios provenham de uma ocupação que fizesse parte do domínio agrário que tinha a sua sede na Quinta de Padrões. Por outras palavras, é possível que sejam provenientes de uma ocupação subsidiária da *villa* romano-visigótica, mas também não é de excluir a hipótese de estarmos perante uma ocupação, somente visigótica, tendo em conta que os elementos mais relevantes, as taças de vidro, têm uma cronologia que se pode estender até ao séc. VI. Assim sendo, não será mais curial relacioná-los com o convento, caso ele já existisse à data e no espaço da actual igreja?

Estruturas agrárias de certa dimensão, tendo presente as características edafo-climáticas não faltariam na região durante o Baixo Império. Os exemplos a apontar seriam muitos, mas os comprovados através de intervenção arqueológica resumem-se a Sendim (Felgueiras) e a São Domingos, em Lousada. Não podemos todavia ignorar, que sítios como Bairral, no concelho de Baião, com uma importante necrópole e uma ara dedicada a Júpiter e a Croca (Penafiel) (Dias, 1997:300-319), pelos seus vestígios e localização, serão dois bons exemplos de *villa* e de *vicus* implantados em patamares agrícolas de boa qualidade e localizados bem na berma de uma possível via romana.

Apesar de não ficar no trajecto da estrada romana Bracara Augusta a Emerita Augusta, as ocupações romanas e pós-romanas de Meinedo seriam servidas por uma via de interesse regional. Lino Tavares apresenta um traçado que cruzava o espaço geográfico do actual concelho de Lousada por Cristelos, Nespereira e Meinedo, de onde seguia para Bustelo e Santa Marta, estes já no concelho de Penafiel (Dias, 1997:350). Nada temos a opor a tal traçado, mas como não há certezas, somente alicerçadas na proximidade de castros e de uma ou outra ocupação de época romana, a dúvida permanece.

A existência de uma importante exploração agrária romana e, depois, de dois conventos com raízes alti-medievais – Meinedo e Bustelo – justificam plenamente uma via de interligação de vocação regional, tenha ela ou não raiz romana. A certeza que há é que ela passava na ponte de Espindo, que é uma estrutura da Baixa Idade Média. Será o seu traçado anterior? Provavelmente. Todavia, os comprovativos arqueológicos não são tão claros quanto isso (Fig.20).



Figura 20. Ponte de Espindo em leve cavalete. Baixa Idade Média.

Bibliografia

Fontes documentais impressas

CC_ *Censual do Cabido da Sé do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto. (1924).

Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV, (ed. preparada por A. H. Oliveira Marques). Lisboa: INIC/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa (1990).

DMP, DR_ *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios* (introdução e notas de Rui Pinto de Azevedo). Volume I, tomos I e II. Lisboa: Academia Portuguesa de História (1957 e 1958).

LF_ *Liber Fidei Sanctae Bracarensis ecclesiae* (ed. de Padre Avelino Jesus da Costa). 3 vols. Braga (1965-1978-1990).

PMH_ Inquirições de D. Afonso III. *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum iusse Academiae Scientiarum Olisiponenses edita. Inquisitiones* (compilação de Alexandre Herculano). Lisboa (1841 e ss).

SANTOS, C.A.D (1973) - *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. Documentos e Memórias para a História do Porto – XXXIX. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Fontes impressas

ALARCÃO, J.; ALARCÃO, A. (1963) - Quatro pequenas coleções de vidros romanos. In *Revista de Guimarães*, Vol. LXXIII. Guimarães, p.367-390;

ALARCÃO, J. (1965) - *Vidros romanos de Conimbriga*. Coimbra.

ALARCÃO, J. (1971) - Mais algumas pequenas coleções de vidros romanos. *Conimbriga*. Nº 10.

ALARCÃO, J. et al (1976) - *Fouilles de Conimbriga* VI. Paris

ALARCÃO, J. (1988) - *Roman Portugal*. Warminster.

ALMEIDA, C.A.B. (2003a) - *As Ocupações Romano-Visigóticas da Bacia Inferior do Rio Neiva*. In *Arquitectando Espaços: da natureza à Metapolis*, Porto-Coimbra.

ALMEIDA, C.A.B. (2003b) - *Povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Minho*. Vila Nova de Cerveira.

ALMEIDA, C.A.B. (2004) - *Um Casal Romano em São Lourenço do Mato* (Ponte de Lima). In *Arqueologia na Rede de Transporte de Gás: 10 Anos de Investigação*, Lisboa.

ALMEIDA, C.A.F. (1972) - Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal. in *Revista da Faculdade de Letras - Série de História*. Vol. III. Porto: FLUP, p.113-136.

ALMEIDA, C.A.F. (1978) - *Arquitectura Roomânica de Entre-Douro-E-Minho*. Dissertação para a Tese de

Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 Volumes. Porto: Policopiada.

ALMEIDA, C.A.F. (1986) - *Notas sobre a Alta Arte da Alta Idade Média*. História da Arte em Portugal. Vol. II. Lisboa: Alfa.

ALMEIDA, F. (1967) - *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora. 4 Volumes.

BARROCA, J.M. (1987) - *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*. Dissertação para Provas Públicas de Capacidade Científica, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Policopiado.

BARROCA, M.J. (2002) - *Epigrafia Medieval Portuguesa* (862-1422), 4. Vol. Col. Textos Universitários de Ciências Sociais. Lisboa: FCG/FCT.

BRITO, B. Frei (1975) - *Monarquia Lusitana. Parte segunda*. Lisboa: INCM.

BRANDÃO, D.P. (1971) - O bispado de Meinedo. Contributo da Arqueologia para o seu estudo. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra. p. 627- 628.

DIAS, L.T. (1997) - *Tongobriga*. Lisboa: IPPAR.

CARDOSO, J. (2002) - *O Agiólogo Lusitano*. Tomo I. Ed. Facsimilada. Porto: FLUP.

FERNANDES, A.A. (1997) - *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Arouca.

LOPES, E.T. (2001) - *Meinedo. Subsídios para uma possível história desta freguesia*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

LOPES, E.T. (2004) - *Lousada e as suas freguesias na Idade Média*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

MATTOSO, J. (1992a) - *O Priscilianismo*. In Mattoso J. (Dir.) *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol.I, 287-292.

MATTOSO, J. (1992b) - A época sueva e visigótica. In Mattoso, J. (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. I. p.301-359.

MENDES-PINTO, J.M.S. (1992) - *Património Arqueológica de Lousada*. Plano Director Municipal de Lousada. Lousada: Câmara Municipal. (Policopiado).

MOREIRA, D. A. (1985-1986) - *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Alti-Medievais*. Porto: Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, p. 124-125.

Cartografia

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: Folha 112 [Material cartográfico] Serviços Cartográficos do Exército - Escala 1:25.000. Série M888 - Lisboa: S.C.E., 1979.